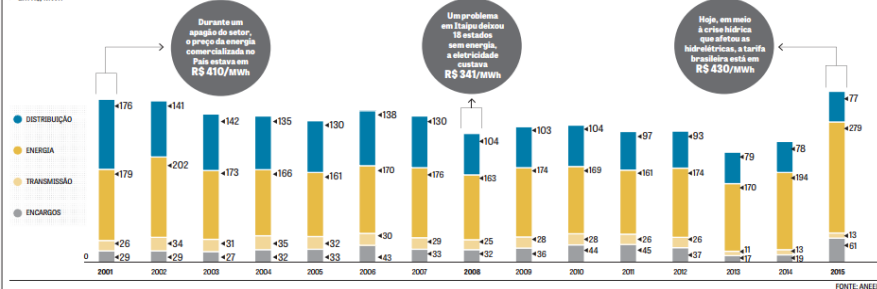


NOVO AMBIENTE. Especialistas sugerem tarifação por receita-teto e a definição de um preço diferente a cada hora do dia para adequar as distribuidoras ao cenário de imprevisibilidade

PRESSÃO SOBRE PREÇOS

Tarifa média por componente a preços de janeiro de 2015, reajustada pelo IGP-M

Em R\$/MWh



Futuro da regulação tarifária preocupa empresas e analistas

ENERGIA ELÉTRICA

Thiago Moreno

São Paulo

thiago.moreno@dcicom.br

Diante do cenário de pressão sobre as receitas das distribuidoras e da perspectiva de participação maior da geração distribuída de energia, agentes do setor já apontam para a necessidade de mudanças na regulação das tarifas elétricas.

“O modelo de negócios das distribuidoras precisa evoluir para capturar as oportunidades e responder às ameaças apresentadas pelos sistemas distribuídos de energia, e isso precisará ser feito a uma velocidade crescente”, diz o diretor executivo do Instituto Acende Brasil, Eduardo Müller Monteiro. Ele questiona, por exemplo, quem será responsável pela previsão do equilíbrio estrutural do sistema com a inserção crescente da geração distribuída, dado o fluxo energético bidirecional criado pela exportação de eletricidade produzida pelos próprios consumidores para a rede. “Seria talvez o momento de começarmos a discutir a mudança do regime tarifário de preço-teto da energia para um modelo de receita-teto das empresas?”

O Brasil utiliza hoje um sistema de definição das tarifas elétricas que impõe um valor máximo para o preço da energia vendida ao consumidor, levando em conta custos de compra da eletricidade, gastos com transmissão, encargos setoriais e uma parcela referente à distribuição. Ao limitar um teto para o preço que pode ser cobrado do cliente, o modelo estimula a redução dos gastos das empresas e por isso foi considerado ideal para o País, mas o custo crescente da geração de energia elétrica, com o ativamente de um volume maior de usinas térmicas, levanta questões sobre o



Usina Térmica Sepé Tiaraju, do Parque Termelétrico Petrobras, localizada no município de Canoas (RS)

risco que recai sobre distribuidoras devido às oscilações da capacidade das geradoras.

O quadro fica ainda mais complicado quando se leva em consideração a flutuação na demanda trazida pela geração distribuída e pelas incertezas atreladas ao uso cada vez mais expressivo de fontes como a eólica e a solar dentro da matriz energética, que são intermitentes e imprevisíveis, lembra Eduardo Monteiro.

“O aumento da penetração de geração distribuída renovável vai impor desafios tanto para o planejamento quanto para a operação de sistemas, e poderá aumentar custos para uma boa

parcela dos consumidores”, observa o porta-voz da Acende.

O diretor da Thymos Energia, Ricardo Savoia, acredita que a principal medida que poderia aliviar a demanda, e portanto mitigar os impactos do aumento das tarifas, seria a definição de um preço da energia para cada hora do dia. De acordo com o executivo, o modelo, que já é adotado em outros países, permite que o cliente decida como quer adequar seus hábitos de consumo. No entanto, isso só será possível com a instalação de medidores mais precisos.

“Há uma morosidade grande nas definições do modelo regula-

tório brasileiro, o que trava os investimentos em inovação”, critica o especialista. “Não temos, por exemplo, a regulamentação do pequeno comercializador de energia, que poderia ajudar a reduzir o consumo nas horas de pico”, acrescenta Savoia.

Novos negócios

Para o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tiago de Barros Correia, as distribuidoras terão que operar em novos negócios se quiserem se adaptar ao novo ambiente. O ideal é que passem a prestar serviços de telecomunicação dentro das chamadas redes intelli-

gentes e trabalhem também com a medição especializada para o consumidor. “Dessa forma, o cliente que também é produtor deixa de ser visto pela concessionária de distribuição como um concorrente e passa a ser um parceiro que adquire os seus serviços”, avalia ele.

A Aneel colocou em audiência pública uma medida para estimular a geração distribuída, que eleva os limites máximos de potência para qualificação de microgeradores, e permite que condomínios utilizem uma única usina para todos os integrantes. Correia sugere ainda que seja instituída a figura da microgeração comunitária para uso em bairros e agrupamentos e que sejam definidos parâmetros para a adoção de uma tarifa binominal, de compra e venda de energia.

Já para o problema de receita das distribuidoras, o executivo garante que o sistema de bandeiras tarifárias reduz os custos financeiros das concessionárias decorrentes da variação do preço de compra da energia. O modelo, que leva em conta o custo da geração em usinas térmicas para determinar um aumento temporário nas tarifas, foi adotado pela Aneel no começo deste ano e cobriu 82% dos gastos das distribuidoras.

Apesar de todas as mudanças, o professor do Grupo de Pesquisas em Política Energética da Universidade de Cambridge, Michael Pollitt, acredita que o interesse dos consumidores pelo pagamento de uma tarifa previsível vai limitar o desenvolvimento de modelos muito diferentes. Por isso ele não acredita no desenvolvimento de um sistema de receita-teto, que traz menos previsibilidade para o preço mensal da energia. “Em nossas pesquisas, descobrimos que os clientes estão dispostos até a pagar um pouco mais pela eletricidade para terem estabilidade”, conta.

Diante do cenário de pressão sobre as receitas das distribuidoras e da perspectiva de participação maior da geração distribuída de energia, agentes do setor já apontam para a necessidade de mudanças na regulação das tarifas elétricas.

"O modelo de negócios das distribuidoras precisa evoluir para capturar as oportunidades e responder às ameaças apresentadas pelos sistemas distribuídos de energia, e isso precisará ser feito a uma velocidade crescente", diz o diretor executivo do Instituto Acende Brasil, Eduardo Müller Monteiro. Ele questiona, por exemplo, quem será responsável pela previsão do equilíbrio estrutural do sistema com a inserção crescente da geração distribuída, dado o fluxo energético bidirecional criado pela exportação de eletricidade produzida pelos próprios consumidores para a rede. "Seria talvez o momento de começarmos a discutir a mudança do regime tarifário de preço-teto da energia para um modelo de receita-teto das empresas?"

O Brasil utiliza hoje um sistema de definição das tarifas elétricas que impõe um valor máximo para o preço da energia vendida ao consumidor, levando em conta custos de compra da eletricidade, gastos com transmissão, encargos setoriais e uma parcela referente à distribuição. Ao limitar um teto para o preço que pode ser cobrado do cliente, o modelo estimula a redução dos gastos das empresas e por isso foi considerado ideal para o País, mas o custo crescente da geração de energia elétrica, com o ativamento de um volume maior de usinas térmicas, levanta questões sobre o risco que recai sobre distribuidoras devido às oscilações da capacidade das geradoras.

O quadro fica ainda mais complicado quando se leva em consideração a flutuação na demanda trazida pela geração distribuída e pelas incertezas atreladas ao uso cada vez mais expressivo de fontes como a eólica e a solar dentro da matriz energética, que são intermitentes e imprevisíveis, lembra Eduardo Monteiro.

"O aumento da penetração de geração distribuída renovável vai impor desafios tanto para o planejamento quanto para a operação de sistemas, e poderá aumentar custos para uma boa parcela dos consumidores", observa o porta-voz do Acende.

O diretor da Thymos Energia, Ricardo Savoia, acredita que a principal medida que poderia aliviar a demanda, e portanto mitigar os impactos do aumento das tarifas, seria a definição de um preço da energia para cada hora do dia. De acordo com o executivo, o modelo, que já é adotado em outros países, permite que o cliente decida como quer adequar seus hábitos de consumo. No entanto, isso só será possível com a instalação de medidores mais precisos.

"Há uma morosidade grande nas definições do modelo regulatório brasileiro, o que trava os investimentos em inovação", critica o especialista. "Não temos, por exemplo, a regulamentação do pequeno comercializador de energia, que poderia ajudar a reduzir o consumo nas horas de pico", acrescenta Savoia.

Novos negócios

Para o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tiago de Barros Correia, as distribuidoras terão que operar em novos negócios se quiserem se adaptar ao novo ambiente. O ideal é que passem a prestar serviços de telecomunicação dentro das chamadas redes inteligentes e trabalhem também com a medição especializada para o consumidor. "Dessa forma, o cliente que também é produtor deixa de ser visto pela concessionária de distribuição como um concorrente e passa a ser um parceiro que adquire os seus serviços", avalia ele.

A Aneel colocou em audiência pública uma medida para estimular a geração distribuída, que eleva os limites máximos de potência para qualificação de microgeradores, e permite que condomínios utilizem uma única usina para todos os integrantes. Correia sugere ainda que seja instituída a figura da microgeração comunitária para uso em bairros e agrupamentos e que sejam definidos parâmetros para a adoção de uma tarifa binominal, de compra e venda de energia.

Já para o problema de receita das distribuidoras, o executivo garante que o sistema de bandeiras tarifárias reduz os custos financeiros das concessionárias decorrentes da variação do preço de compra da energia. O modelo, que leva em conta o custo da geração em usinas térmicas para determinar um aumento temporário nas tarifas, foi adotado pela Aneel no começo deste ano e cobriu 82% dos gastos das distribuidoras.

Apesar de todas as mudanças, o professor do Grupo de Pesquisas em Política Energética da Universidade de Cambridge, Michael Pollitt, acredita que o interesse dos consumidores pelo pagamento de uma tarifa previsível vai limitar o desenvolvimento de modelos muito diferentes. Por isso ele não acredita no desenvolvimento de um sistema de receita-teto, que traz menos previsibilidade para o preço mensal da energia. "Em nossas pesquisas, descobrimos que os clientes estão dispostos até a pagar um pouco mais pela eletricidade para terem estabilidade", conta.